



Onde está a eficiência dos órgãos de controles internos da Eletrobras?

Desde 2017 as Entidades de Representação dos Trabalhadores e Trabalhadoras vêm denunciando diversas contratações sem licitação feitas pelo atual presidente da Eletrobras, Wilson Pinto Ferreira Júnior.

O senhor Wilson Pinto Ferreira Júnior, após entregar a CPFL aos chineses, chegou à Eletrobras em julho de 2016 e começou a fazer diversas contratações de 'empresas amigas', ao arrepio da Lei 8666/93, que indica os princípios aplicáveis às licitações na seguinte ordem: legalidade; impessoalidade; moralidade; igualdade; publicidade; probidade administrativa; vinculação ao instrumento convocatório; julgamento objetivo, e, dos que lhes são correlatos.

Quando um administrador público opta por contratar diretamente uma empresa cujo serviço é oferecido no mercado por outros concorrentes, ele está cometendo diversas impropriedades: suprime a competição entre proponentes, causando prejuízos ao erário por impedir a obtenção de preços menores e descontos, além desprestigiar e ferir os princípios da lei de licitações. Até agora, novembro de 2018, não houve nenhuma manifestação da Diretoria de Compliance, Auditoria Interna, Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Eletrobras a respeito das seguintes contratações por inexigibilidade realizadas na atual gestão:

1. *Roland Berger: cerca de 3 contratações sem licitação que totalizam mais de R\$ 20 milhões;*
2. *Kienbaum - Serviços de RH: contratos que totalizam mais de R\$ 3 milhões;*
3. *FSB Comunicações: contrato que totalizam mais de R\$ 2 milhões, contratação irregular e sub judice na Justiça Federal.*
4. *BTG Pactual -*
5. *Deloitte – Contratos que totalizam mais de R\$ 24 milhões.*

Neste contexto, em tempos de provas de admis-

são ao ensino superior, nunca é demais relembrar aos atuais dirigentes da Eletrobras os conceitos de alguns crimes contra a administração pública:

O que é Improbidade administrativa?

É o ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da Administração Pública no Brasil, cometido por agente público, durante o exercício de função pública ou decorrente desta. Segundo especialistas, o ato de improbidade qualificado como administrativo (ato de improbidade administrativa), é aquele impregnado de desonestidade e deslealdade.

O que é Prevaricação?

É um crime funcional, praticado por funcionário público contra a Administração Pública. A prevaricação consiste em retardar, deixar de praticar ou praticar indevidamente ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Importante ressaltar que não é admitida a modalidade culposa. Ao deixar de fazer algo que deve ser feito seguindo o princípio eficiência e celeridade (rapidez) para satisfazer um interesse pessoal, esse comportamento é entendido juridicamente como dolo (intencionalidade).

O que é Advocacia Administrativa?

O crime de advocacia administrativa está previsto no artigo 321 do Código Penal Brasileiro. Consiste em "patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário." A pena é de detenção, de um a três meses, ou multa; se o interesse envolvido for ilegítimo, a detenção é de três meses a um ano, além da multa.

ELETOBRAS IMPÕE MUDANÇA NA ELETRONUCLEAR: O QUE HÁ POR DETRÁS DESSA OPERAÇÃO?

Palavras de Wilson Pinto nas cartilhas de ética e Conduta das Empresas Eletrobrás:

“ O Código de Ética e conduta é o principal documento norteador da atuação das companhias, ao expressar e reforçar os compromissos que assumem com seus públicos de relacionamento. Ele será tanto mais sólido quanto mais fielmente puder refletir sua evolução, as transformações por que passam e as novas exigências que lhes são impostas pela sociedade”.

Palavras ...ao vento!

Desde o ano passado, o Presidente da Eletrobrás vem impondo à Eletronuclear uma pressão desmedida e inconsequente para mudança física da sua sede, fato já denunciado em boletim anterior pelo CNE.

Exige que a Eletronuclear vá o mais rápido possível para o Prédio Herm Stoltz sede da Eletrobrás, no centro do Rio de Janeiro, mesmo ciente de que esta operação sob o ponto de vista econômico, não trará nenhum benefício, como já comprovado em relatórios da Eletronuclear. Permanecer onde está é muito mais vantajoso, sobretudo considerando sua grave crise financeira.

Agora, nova onda de pressão aparece para que mudança saia antes do final do ano!

O Herm Stoltz é um prédio antigo, já atingido por dois incêndios, com segurança precária e que demanda reformas cujos custos ainda não foram apurados. Some-se a isto, o custo da mudança e os reparos necessários para entregar o imóvel ao locador. Num momento de crise financeira é uma operação desnecessária e até suspeita considerando todos os argumentos levados a efeito pela Eletronuclear e desconsiderados pela equipe de Pinto Jr.

O CNE até pode entender se a motivação dessa pressão da Eletrobras seja para fortalecer a ELETROS, a fundação Eletrobrás de seguridade social dos empregados, onde é patrocinadora, mas é preciso tratar também este assunto em conformidade com os princípios legais e éticos. Por isto, entende ser mais um ato de gestão temerária do SR. Wilson Pinto.

Ele segue pisando nas normas e preceitos legais, afrontando os princípios legais e os instrumentos de controle criados pelo governo justamente para impedir esse tipo de conduta!

TRABALHAR SEM REMUNERAÇÃO? A NOVA ONDA JÁ ESTÁ IMPLANTADA NA ELETRONUCLEAR!

Os sindicatos têm tentado resolver amigavelmente junto à ELETRONUCLEAR a questão do calendário de trabalho e da devida aplicação do Acordo de Paradas das Usinas.

Mas não tem encontrado retorno.

Nem do Assessor de Relações Trabalhistas, da Diretora de Administração e Finanças nem tampouco da Presidência da Empresa.

Os trabalhadores estão sendo obrigados a prestar serviço em dias compensados sem a devida

remuneração.

Trabalham 16 horas para receber 8 horas.

Além disso, supervisores estão sendo convocados a trabalhar em horário extraordinário, até mesmo nos sábados e domingos, sem receberem pelo serviço extra.

Uma volta aos tempos Pré-CLT, sonho de muitos capitalistas e de outros que, mesmo sem capital agem como.

CNE – FIRME NA LUTA CONTRA A AGRESSÃO AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES!